

Informe Ambiental

FIESP **CIESP** Informativo Ambiental do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Edição 103 - Março de 2015

cdma@fiesp.com - www.fiesp.com.br - twitter.com/FiespAmbiental | 11 3549.4675 - 11 3649.4237

Campanha Água na Medida é prorrogada e distribuirá 1,5 milhão de kits com redutores de vazão de água

A ação, que estimula a conscientização sobre a importância da redução do consumo de água, segue até 30 de abril

A Fiesp não tem poupado esforços para colaborar com a minimização da atual crise hídrica em São Paulo. Entre outras ações, o presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp), Paulo Skaf, decidiu aumentar a produção dos redutores de vazão e irá distribuir 1,5 milhão de kits compostos por quatro anéis plásticos para torneiras de meia polegada, totalizando 6 milhões de unidades. Com o uso do redutor, é possível obter, em média, uma diminuição da vazão em até 50% no ponto em que é instalado.

“Sempre tivemos programas de uso racional de água, energia e combate ao desperdício em nosso prédio aqui na Avenida Paulista e nas escolas do Sesi-SP e do Senai-SP. O objetivo é continuar essa campanha e levar o que fizemos no prédio e nas escolas para toda a sociedade”, afirmou Paulo Skaf, que participou pessoalmente de várias ações para distribuição de redutores.



Paulo Skaf participou pessoalmente da distribuição de redutores de vazão de água

Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Seminário na Fiesp discute soluções para superar crise hídrica

No evento, autoridades, especialistas e representantes de setores produtivos destacaram que a segurança hídrica exige o desenvolvimento de ações conjuntas e medidas de longo prazo



Ações da indústria para superar crise hídrica foram apresentadas durante o seminário

As ações necessárias no curto, médio e longo prazo para a superação da atual crise hídrica foram debatidas no Seminário Segurança Hídrica, realizado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp) no dia 24 de março. Na abertura do evento, o diretor titular do DMA, Nelson Pereira dos Reis, destacou que, diante do atual cenário, a indústria intensificou esforços para a elaboração e viabilização de planos de contingência de água, mas que o tema recursos hídricos pauta as discussões na Fiesp e no Ciesp há muitos anos. O primeiro seminário de segurança hídrica foi realizado há mais de dez anos.

A importância da presença de representantes de diversas áreas no seminário foi ressaltada pelo diretor titular do DMA, observando que, no atual momento de crise, todos os setores devem se unir e desenvolver ações conjuntas para reduzir os impactos causados pela situação de escassez de água. Reis salientou que, com o trabalho intenso de uso eficiente da água que tem sido feito, a indústria reduz cada vez mais a sua demanda e também os impactos provenientes da atual crise.

Carlos Augusto Gadelha, secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), destacou que a questão da água é tema muito importante para uma agenda estratégica de desenvolvimento e já faz parte da po-

lítica industrial brasileira. “Com novos conceitos e abordagens, além de uma nova responsabilidade da política industrial, o desenvolvimento da qualidade, eficiência e sustentabilidade são essenciais para alavancar a competitividade da indústria”, comentou.

O gerente-geral de Articulação e Comunicação da Agência Nacional de Águas (ANA), Antonio Felix Domingues, afirmou que a ANA está trabalhando em um projeto de médio e longo prazo para um plano de segurança hídrica. “Com uma visão integrada na segurança hídrica, teremos planejamento do longo prazo de medidas estruturantes que possam resolver ou mitigar esse risco que estamos correndo. No futuro, voltaremos a ter problemas, por isso precisamos prevenir”, alertou.

Problema de gestão

Na avaliação de Rafael Cervone Netto, primeiro vice-presidente do Ciesp, além da escassez de chuvas, há uma crise de gestão de recursos e falta de planejamento. “É um problema de todo o País e, nesses momentos, precisamos nos reinventar, aproveitar a oportunidade para nos unirmos. Estamos trabalhando em muitos planos de contingência na indústria, mas a falta de previsibilidade prejudica muito a economia”, acrescentou, referindo-se à falta de planos do governo no médio e no longo prazo.

“A escassez que estamos passando é um novo marco, principalmente no Sudeste, onde se concentram as indústrias e existia a cultura da abundância. Esse é um dado novo que precisamos trabalhar”, afirmou Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). No seminário, o CEBDS lançou o guia “Gerenciamento de Riscos Hídricos no Brasil e o Setor Empresarial: Desafios e Oportunidades”.

Amanda Viana, Agência Indusnet Fiesp



Cervone Netto, vice-presidente do Ciesp

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Presidente da Sabesp afirma que esforço de redução de consumo deve continuar para evitar racionamento

Jerson Kelman, que participou do Seminário Segurança Hídrica, disse que as previsões de chuvas não permitem otimismo

“Não haverá racionamento em 2015 se as obras emergenciais para o ano seguirem dentro do prazo e a população continuar economizando”. A afirmação foi feita pelo presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Jerson Kelman, ao participar do Seminário Segurança Hídrica. Segundo Kelman, as chuvas não permitem otimismo. “Nossa hipótese de simulação é que vai chegar pouca água nos reservatórios. Estamos prevendo uma vazão afluyente nos reservatórios pior até do que a do ano passado”. O presidente da Sabesp destacou que as obras emergenciais estão dentro do cronograma, mas alertou que se a população não continuar economizando água e houver atrasos nas obras, o rodízio virá. Kelman afirmou que mesmo as ações para contornar a crise de abastecimento em São Paulo não devem trazer normalidade à distribuição. “Toda hora sou questionado se a pressão da rede está normal. Claro que não. A pressão não está normal porque uma das técnicas que se uti-

lizou para não ter o rodízio foi a diminuição da pressão”, disse Kelman. “Parte-se do princípio que é possível, numa situação como essa que vivemos, de absoluta seca, assegurar normalidade. Não é possível. Estamos numa situação de anormalidade”, acrescentou. Segundo Kelman, a perda da Sabesp é da ordem de 31%, sendo 20% de perdas físicas, por vazamentos, e 11% de perdas comerciais, por fraudes no consumo.



Jerson Kelman, presidente da Sabesp

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Alice Assunção, Agência Indusnet Fiesp

Seca enfrentada pela Austrália impulsionou políticas públicas

Marlos de Souza, diretor da agência australiana responsável pela segurança hídrica, ressaltou que a estiagem prolongada fomentou soluções criativas e eficientes de abastecimento

De 1997 a 2009, a Austrália passou por um período de seca muito grave, que ficou conhecido no país como a “seca do milênio”. A crise, no entanto, segundo Marlos de Souza, diretor da Sustainable Limits Adjustment Policy and Planning Division, gerou a oportunidade de sensibilizar a população sobre a necessidade do gerenciamento hídrico. “A forma como as pessoas entendiam os recursos hídricos mudou porque se sentiram responsáveis em gerenciar esses recursos. Além disso, por enxergarem dinheiro na água, essa consciência tornou-se ainda maior”, comentou. Para Marlos de Souza, que participou do Seminário Segurança Hídrica, a água é um bem econômico e deve ser tratada como tal para que haja desenvolvimento. Na Austrália, os processos de planejamento das bacias hidrográficas no longo prazo são formulados todo ano e comparados com os anteriores, sempre em busca de melhorias. “A modelagem matemática faz parte do processo de gerenciamento. A água nas bacias australianas é sempre monitorada”, ressaltou Marlos. O diretor da agência australiana destacou que a total transparência do governo e estados com a população é outro ponto importante na gestão de águas. O acesso à informação sobre o volume de água nos reservatórios gera confiança na população em relação ao governo e desperta a consciência individual sobre a necessidade de



Marlos Souza, diretor de agência para abastecimento na Austrália.

Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

contribuir. “Em 12 anos de seca, nunca faltou água na Austrália porque existe um planejamento de médio e longo prazo. O processo educativo do estado atingiu a cada um dos cidadãos”, afirmou.

Amanda Viana, Agência Indusnet Fiesp

Notas Informativas

Inmetro abre consulta pública para programa de rotulagem ambiental

O Inmetro abriu consulta pública sobre os Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III – Declaração Ambiental de Produto (DAP). O prazo para que sejam apresentadas sugestões e críticas ao documento termina no dia 24 de abril deste ano. Os comentários deverão ser encaminhados, preferencialmente, por meio eletrônico, no formato da planilha modelo que pode ser acessada no endereço www.inmetro.gov.br/legislação

Acesso ao documento: *Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III – Declaração Ambiental de Produto (DAP)*

Intercâmbio com a região do Lácio

Representantes da região do Lácio, da Itália, interessados em promover o intercâmbio com empresas brasileiras participaram, no dia 26 de março, de reunião na Fiesp promovida pelo Departamento de Relações Exteriores (Derex) da entidade. No encontro, que contou com a participação do DMA, foram discutidas possibilidades de intercâmbio nas áreas de meio ambiente, biotecnologia, aeroespacial, farmacêutica e transporte, entre outras. Encontros dos representantes com empresas brasileiras deverão ser agendados oportunamente.

Recuperação vegetal e inovação tecnológica foram temas de debate no Seminário Segurança Hídrica



Painel debateu recuperação das matas nas áreas de preservação permanente

Na parte da tarde do seminário, Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, presidiu o painel “Recuperação Vegetal”, juntamente com o moderador Carlos Alberto da Fonseca Funcia, conselheiro da Sociedade Brasileira de Silvicultura. “As matas ciliares retêm água no solo, sendo esse o melhor espaço de reserva de água, por isso temos que manter e cada vez mais recuperar as matas nas áreas de preservação permanente, nascentes e entorno dos corpos d’água”, destacou Lazzarini.

Ao longo do painel, Cristina Azevedo, secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, abordou programas e ações por parte do governo, como o Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE) e o Programa Nascentes. Malu Ribeiro, da SOS

Mata Atlântica, ressaltou a importância de se investir em instrumentos como o Pagamento por Serviços Ambientais, sendo a água um assunto estratégico que deve estar na agenda de todo o País.

Samuel Barreto, da The Nature Conservancy (TNC), abordou os desafios de tornar a conservação uma prática padrão na gestão da água nas cidades. Representando o setor industrial, João Carlos Redondo, apresentou boas práticas de manejo florestal da Duratex. O painel foi finalizado com a apresentação de Eduardo Assad, da Embrapa, que trouxe informações sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a vegetação em áreas essenciais ao abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

O segundo painel, presidido por Nelson Barreira, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, trouxe informações sobre novas tecnologias para a economia de água, bem como casos práticos de projetos inovadores franceses. Oduvaldo Álvaro, do Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais não Ferrosos no Estado de São Paulo (Siamfesp), abordou as novidades da Ilha de Sustentabilidade, projetada com o apoio de várias empresas do ramo de equipamentos controladores e economizadores de água. José Chaguri, do Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulica e Sanitárias do Estado de São Paulo (SindInstalações), destacou a importância da eficiência energética e de uso da água desde a concepção dos projetos na construção civil, sendo esse um setor protagonista no caminho para uso eficiente da água, segundo Lilian Sarrouf, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon).

Na última palestra, Benôit Trivulce, do Business France America Latina, apresentou a estrutura organizacional dos ecossistemas franceses, bem como os incentivos ao desenvolvimento de novos produtos e tecnologias para reúso de água, efluentes e geração de energia.

Publicação lançada pelo CEBDS aponta os desafios e as oportunidades do gerenciamento de riscos hídricos



A publicação “Gerenciamento de Riscos Hídricos no Brasil e o Setor Empresarial: Desafios e Oportunidades”, foi lançada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) durante o Seminário Segurança Hídrica, realizado pela Fiesp no dia 24 de março. O documento evidencia que a adoção de um processo estruturado de gerenciamento dos riscos hídricos pode reduzir as vulnerabilidades das organizações em relação ao suprimento de água, os conflitos com as comunidades locais e com os demais usuários de recursos hídricos, bem

como problemas com suprimento de matérias-primas em um ciclo de vida intensivo em água. A publicação traça ainda um panorama

geral do setor, aponta os riscos do não gerenciamento dos recursos hídricos e faz a relação entre alimentos, energia, mudanças climáticas, ecossistemas e o setor empresarial.

Marina Grossi, presidente do CEBDS, destacou no lançamento a importância da gestão integrada dos recursos hídricos. “A relação entre água, comida e energia precisa ser pensada de forma integrada e convergente. A publicação que estamos lançando hoje mostra o compromisso do setor empresarial com o tema e traz exemplos que precisam ganhar escala. É importante frisar que, cada vez mais, temos que nos adaptar e usar esse recurso de forma mais consciente”.



Marina Grossi, presidente do CEBDS



Cartilhas da Fiesp e do Ciesp divulgam orientações para a economia de água

A Fiesp e o Ciesp disponibilizaram materiais na internet com dicas e sugestões para o gerenciamento da crise. As ações indicadas para o setor industrial poderão contribuir para minimizar os reflexos da escassez no planejamento do processo produtivo e nas atividades secundárias da empresa, decorrentes de restrições nas captações em águas superficiais ou subterrâneas (poço), bem como no abastecimento pela rede pública.

Informações disponíveis em <http://www.fiesp.com.br/agua>

CRS Brands e Metalúrgica Inca conquistam o 10º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água

Programas implantados pela CRS Brands e Metalúrgica Inca possibilitaram uma significativa economia de água tratada. Sanasa, Novelis, CBA e a Ambiental MS receberam menções honrosas

Com o projeto de uso sustentável da água, a CRS Brands Indústria de Bebidas, de Jundiaí, interior de São Paulo, conquistou o primeiro lugar, na categoria médio e grande porte, do 10º Prêmio de Conservação e Reúso de Água. O objetivo do programa é reduzir o consumo de água por litro de bebida produzida e, conseqüentemente, a captação de água superficial do rio Jundiaí-Mirim, que abastece a empresa.

A CRS Brands iniciou o projeto em 2010 com programas de monitoramento de consumo da água, modificações no processo, sistema mais eficiente de enxágue de garrafas e uso de água pluvial.

Em 2014, outros dois projetos foram implementados pela CRS, tornando ainda mais eficiente o consumo de água da empresa. Um dos projetos possibilitou o reaproveitamento da água da bomba de vácuo da enchedora para abastecer o sistema de lubrificação das esteiras de garrafas. O outro projeto contemplou a recuperação da água de retrolavagem dos filtros e tanques de fabricação de água desmineralizada. O objetivo da CRS Brands é reduzir em 40% o consumo de água tratada em relação a 2010. "Obtivemos resultados



Luciana Lopes, da CRS Brands, destacou os resultados ambientais e financeiros obtidos com o projeto da empresa

bem interessantes, tanto financeiros como também na área ambiental, ainda mais nessa época de escassez de água", ressaltou Luciana Lopes, coordenadora.

Água de reúso

A Metalúrgica Inca, vencedora na categoria micro e pequeno porte, implantou em 2014 uma nova linha de zincagem, processo que protege o aço da corrosão atmosférica, com o objetivo de reduzir em até 70% o consumo de água em comparação ao processo de zincagem manual. "Independente do prêmio, a nossa intenção é colher frutos do trabalho de reúso da água dentro da empresa", ressaltou Luís Américo Dal Bello, gerente industrial da empresa.

Segundo os dados apresentados pela Inca, na troca de compostos químicos, como o desengraxante, a economia de água foi de 50%, uma vez que na zincagem manual a troca era semanal. No processo automático, a troca acontece a cada 15 dias. Na operação de enxágue, a economia foi de 62% por conta de um sistema interligado dos tanques que permite apenas uma troca e, no processo de banhada, a economia chegou a 59%, já que o controle do escoamento é automatizado.

Menções honrosas

A Sanasa, companhia de abastecimento de água e saneamento básico de Campinas, recebeu menção honrosa com o projeto "Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR Capivari II)". A distribuição da água reutilizada começou em fevereiro de 2014, inicialmente para a própria empresa e para a prefeitura municipal. As obras de amplia-

ção do Aeroporto de Campinas também recebem essa água para atividades de construção civil.

O valor do metro cúbico da água potável da Sanasa é de R\$ 11,90 e o da água de reúso é de R\$ 1,40. Em fevereiro de 2014, a Sanasa e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) assinaram um termo de associação, no qual a água de reúso passou a ser disponibilizada para as indústrias a um custo mais baixo em relação a água potável. A unidade de Pindamonhangaba da Novelis América do Sul também recebeu menção honrosa pelo projeto "Redução do Consumo Específico de Água". A iniciativa identifica oportunidades de gerenciamento de água mais eficaz. A unidade utiliza como fonte de água a captação subterrânea. O projeto teve como o objetivo reduzir em 2% o consumo específico de água em 2014 em relação ao ano anterior. A expectativa da companhia é reduzir o consumo em 25% até 2020.

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) recebeu menção honrosa pela readequação da estratégia de uso dos recursos hídricos para processos como laminação, extrusão e tratamento da superfície do alumínio. A instalação na cidade de Alumínio, no interior de São Paulo, conquistou autonomia fabril em meio à escassez de água atual. A nova estratégia para os tratamentos do alumínio gerou uma economia de 20 metros cúbicos por hora no volume de captação direta dos mananciais.

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) recebeu menção honrosa pela readequação da estratégia de uso dos recursos hídricos para processos como laminação, extrusão e tratamento da superfície do alumínio. A instalação na cidade de Alumínio, no interior de São Paulo, conquistou autonomia fabril em meio à escassez de água atual. A nova estratégia para os tratamentos do alumínio gerou uma economia de 20 metros cúbicos por hora no volume de captação direta dos mananciais.



Luís Américo Dal Bello, gerente industrial da Metalúrgica Inca, ao receber o prêmio

Foto: Hélcio Nagamine/Fiesp



Representantes das empresas vencedoras comemoram conquista do prêmio

Foto: Hélcio Nagamine/Fiesp

A Ambiental MS Projetos, Equipamentos e Sistemas, empresa de soluções ambientais, foi homenageada pelo projeto "MS ECO 3000 Automática – Estação de Tratamento e Reúso da Água". A estação foi projetada especialmente para o tratamento e reúso do efluente de lavagem de veículos, com aproveitamento de até 90% da água de lavagem. O projeto resultou na economia de um milhão de litros de água por mês, o equivalente a R\$ 100 mil por ano.

Solange Sólton Borges, Agência Indusnet Fiesp

Oferta de água e licenciamento ambiental são pontos de atenção para a indústria

Fiesp e Ciesp lançam nova versão de cartilha sobre licenciamento ambiental em reunião da Câmara Ambiental da Indústria Paulista

A Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP), centro de debate e decisão sobre temas ambientais que interessam ao setor produtivo, se reuniu no dia 11 de março, na sede da Fiesp, para discutir a atual situação hídrica e ações para a manutenção da produção.

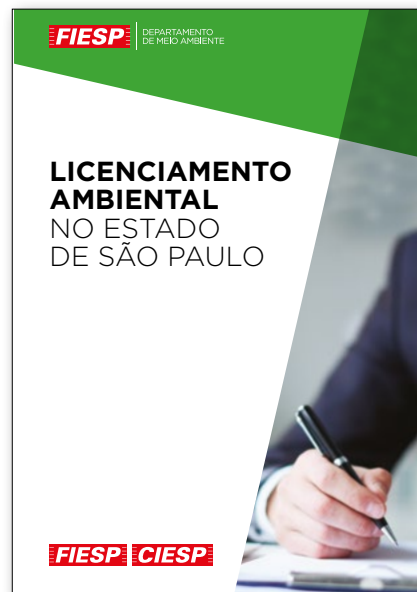
Na reunião da CAIP, empresários discutiram como a indústria vem se preparando para manter a produção em meio à crise hídrica. Desde o ano passado, foram realizados diversos eventos, distribuídos pôsteres e cartilhas voltados ao setor produtivo apresentando alternativas, como a reservação de água de chuva, reúso e utilização de poços artesianos, entre outras.

No prédio da Fiesp, as medidas adotadas levaram a uma economia de 19% no consumo de água, aumentando a capacidade de reservação para cinco dias. Além dessas ações, a Fiesp e o Ciesp lançaram a campanha “Água na Medida”, que distribuirá 1,5 milhão de redutores de vazão para a população. O diretor de Meio Ambiente da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, enfatizou a iniciativa tomada pelo presidente da entidade, Paulo Skaf.

Licenciamento ambiental

Outro tema debatido no encontro da CAIP foi a atualização dos meios para se obter o licenciamento ambiental. No encontro, foi lançada a cartilha “Licenciamento Ambiental no Estado de São Paulo”, elaborada pela Fiesp/Ciesp. A publicação traz informações essenciais ao setor produtivo, como links úteis e a legislação específica do tema, uma importante ferramenta de trabalho. O Silis, plataforma on-line para licenciamento dos pequenos empreendimentos, criado em 2006 em

função de um pedido da Fiesp, foi uma ferramenta que deu mais agilidade ao processo. Em 2009, houve outra transformação do cenário quando surgiu a nova Cetesb, reunindo todos os órgãos de licenciamento do estado. No ano seguinte, em 2010, a Secretaria de Gestão lançou o Via Rápida. Trata-se de um sistema integrado de licenciamento em um único certificado, que agrega Cetesb, Corpo de Bombeiros, Prefeitura e Vigilância Sanitária. Em 2011, a Lei Federal complementar nº 140 definiu claramente a competência dos municípios como licenciadores. O histórico e as alterações promovidas pela nova legislação, bem como a criação desses organismos, são detalhados na cartilha.



Solange Sólton Borges, Agência Indusnet Fiesp

Cosema

Para diretor do Instituto Ethos, dificuldades sociais devem ser transformadas em negócio

Henrique Lian, diretor do Instituto Ethos, sugeriu em reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp a formulação de novos modelos de negócio a partir de princípios de sustentabilidade



Henrique Lian e o presidente do Cosema, Walter Lazzarini, no debate sobre negócios sustentáveis.

“As empresas precisam transformar problemas sociais em negócios, pois sua natureza é a geração de valor econômico, social e ambiental, e não filantropia”. A afirmação foi feita por Henrique Lian, diretor de Relações Institucionais do Instituto Ethos, durante reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp. No encontro, realizado no dia 24 de fevereiro, Lian sugeriu a

formulação de novos modelos de negócio a partir de princípios de sustentabilidade e reiterou que um negócio sustentável é lucrativo no tempo. “O negócio sustentável é novo, nasce como startup e exige, portanto, nova modelagem”.

Na avaliação de Lian, a atual situação de insustentabilidade nos negócios se reflete na dimensão econômica. Ele afirmou que novas tecnologias de geração de energia no Brasil, como a dos biocombustíveis, são uma resposta positiva à sustentabilidade, mas que ela ainda não foi transformada em competitividade. A Rio+20, em

2012, procurou criar um caminho para colocar em prática o aprendizado do encontro de 1992, mas, segundo Lian, ainda é preciso avançar mais nessa agenda. Para o diretor do Instituto Ethos, os principais entraves são a insegurança jurídica, a falta de marcos regulatórios claros e a ausência de subsídios para essa nova economia que se desenha, em contraponto aos diversos incentivos concedidos ao velho modelo.

“Estamos numa fase de transição e a sustentabilidade empresarial percorre tradicionalmente três fases. A primeira delas é a de prevenção do risco social e ambiental a fim de minimizar a destruição de valor. Na sequência, esses mesmos aspectos são aplicados à cadeia de valor e depois, na fase de eficiência dos processos produtivos, o foco é reduzir o uso de água, de energia e de insumos, priorizando a mão de obra local devido ao menor custo de logística, cuja somatória resulta em maior lucratividade empresarial”, ressaltou Lian. Segundo ele, as duas primeiras fases – redução de risco e da eficiência – já foram cumpridas pelas maiores empresas e estão em fase de implementação pelas médias e pequenas.

Henrique Lian apresentou na reunião do Cosema um exemplo de modelagem possível no setor de energia, criado com base em estudo realizado pelo Instituto Ethos.

Solange Sólton Borges, Agência Indusnet Fiesp

Fóruns ambientais

Grupos de Meio Ambiente do Ciesp

Bauru

Escassez de água

O coordenador do Grupo de Meio Ambiente do Ciesp de Bauru (SP) apresentou, em reunião realizada no dia 10 de março, a palestra “Gerenciamento da escassez de água”, bem como alternativas e propostas para a indústria implementar programas e ações de redução do consumo de água. Na reunião, o DMA fez uma apresentação sobre os serviços e informações da área ambiental disponíveis aos associados no site da Fiesp e Ciesp.

Panorama energético

No dia 16 de março, o DMA participou de apresentação, promovida pelo Grupo de Meio Ambiente, sobre as oportunidades e desafios do panorama energético em 2015.

Oficina participativa

O Grupo de Meio Ambiente acompanhou, em conjunto com o DMA, as atividades da oficina participativa promovida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê/Batalha (CBH-TB) para elaboração do Plano de Bacia. A oficina, realizada no dia 17 de março, teve como objetivo obter informações da sociedade para que o plano contemple a real necessidade da bacia.

Marília

Resíduos sólidos

As políticas nacional e estadual de resíduos sólidos, bem como o módulo de responsabilidade compartilhada e logística reversa, foram apresentadas pelo DMA na reunião realizada pelo Grupo de Meio Ambiente do Ciesp de Marília (SP) no dia 5 de março. No encontro, foi definida a agenda de reuniões para 2015.

Araçatuba

Reunião preparatória

No dia 6 de março, o DMA participou de reunião com o diretor do Ciesp de Araçatuba (SP). No encontro, foram apresentadas as atividades que a diretoria desenvolverá com outras regionais para a formação e participação dos Grupos de Meio Ambiente, apoio a atendimento na área ambiental aos diretores e associados, bem como participação nos comitês de bacias hidrográficas. A regional relacionará as empresas a serem convidadas para a primeira reunião do Grupo de Meio Ambiente.

Botucatu

Temas em discussão

As questões que estão sendo discutidas no Conselho de Meio Ambiente e na Área

de Proteção Ambiental de Botucatu foram apresentadas pelo coordenador do Grupo de Meio Ambiente do Ciesp de Botucatu (SP) em reunião realizada no dia 12 de março. No encontro, o DMA fez uma apresentação sobre a gestão hídrica no Brasil e no Estado de São Paulo, além de detalhar os serviços e informações disponibilizados pelo Ciesp e Fiesp aos associados.

Americana

Restrições hídricas

Os impactos da crise hídrica, as perspectivas de abastecimento para a Região Metropolitana de Campinas e as restrições hídricas nas bacias PCJ foram analisadas pelo DMA em uma apresentação feita no dia 19 de março ao Grupo de Meio Ambiente do Ciesp de Americana (SP).

Presidente Prudente

Gestão de resíduos industriais

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, a logística reversa e a classificação de resíduos pela NBR 10004-2004 foram os temas abordados na apresentação feita pelo DMA, no dia 20 de março, para o Grupo de Meio Ambiente do Ciesp de Presidente Prudente (SP). A apresentação teve como objetivo fornecer subsídios para o gerenciamento dos resíduos industriais.

DMA em parceria com o IBAMA promovem treinamentos sobre o Cadastro Técnico Federal (CTF)



Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), a legislação pertinente aos dois cadastros, quem está obrigado a se cadastrar e como realizar a inscrição, além do esclarecimento das principais dúvidas das empresas e profissionais sobre essa obrigação legal. Industriais, consultores e estudantes participaram do treinamento.

Próximos treinamentos:

- **13 de maio – Ciesp Jundiaí**
Av. Navarro de Andrade, s/n, Quadra D, Lote 2, Vila Hortolândia
(11) 4815-3859/7941
cjundiai@ciesp.org.br
- **10 de junho – Ciesp Sorocaba**
Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, 3.260
Alto da Boa Vista (15) 4009-2900
ciesp@ciespsorocaba.com.br

O DMA e o Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis realizaram, no dia 11 de março, no Ciesp de Guarulhos (SP), treinamento sobre o Cadastro Técnico Federal (CTF). Nos treinamentos, são detalhados o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), o

Ciesp

Bauru

O DMA participou da reunião da diretoria do Ciesp de Bauru (SP), realizada no dia 2 de março. No encontro, foi reforçada a importância dos trabalhos que estão sendo conduzidos na área ambiental.

Cubatão

As ações referentes ao Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS) foram discutidas em reunião realizada pela Comissão de Meio Ambiente do Ciesp de Cubatão (SP) no dia 6 de março.

Campinas

O DMA realizou, no dia 17 de março, a capacitação dos colaboradores da empresa Mabe, associada ao Ciesp de Campinas. Os temas abordados na capacitação foram o uso racional da água, perspectivas do abastecimento da Região Metropolitana de Campinas e impactos da crise hídrica sobre os setores produtivos.

Comitê Executivo de Crise Hídrica de São Paulo

Plano de contingência

O DMA participou, no dia 17 de março, de reunião dos representantes da sociedade civil do Comitê de Crise Hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. No encontro, foram eleitos para o Comitê Executivo os representantes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), como titular, e o do Instituto de Engenharia, como suplente. O Comitê elaborará um plano de contingência para a região.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Aplicação de recursos

A Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob) discutiu, em reuniões realizadas nos dias 17 e 18 de março, em Brasília (DF), quais informações devem ser solicitadas à Agência Nacional de Águas (ANA) para que seja elaborado parecer conclusivo relativo à aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança do setor elétrico, tendo em vista as prioridades estabelecidas pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Também foi discutida a agenda de trabalho para a revisão da Resolução no 48 do CNRH, que trata da cobrança pelo uso da água no Brasil.

Gestão e custeio

A relação entre as metas do contrato de gestão com a estrutura e o custeio das entidades delegatárias foi analisada em reunião do GT Entidades Delegatárias, da Câmara Técnica de Cobrança (GTED-CT-Cob) realizada em 18 de março, em Brasília (DF).

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Mudanças climáticas

Os resultados da pesquisa sobre mudanças climáticas realizada pela CNI com o setor industrial foram apresentados no dia 3 de março, na reunião do Grupo de Trabalho Sustentabilidade. Na reunião, foi discutido o conteúdo do documento que o GT elaborará para apresentação no evento CNI Sustentabilidade e na COP 21.

Rede de resíduos

Os acordos setoriais de lâmpadas e eletroeletrônicos, as propostas de incentivo tributário para a logística reversa e a implementação de grupo de trabalho sobre requalificação de resíduos foram os temas discutidos no Encontro da Rede de Resíduos realizado no dia 10 de março, em São Paulo.

Rede de recursos hídricos

O DMA participou, em 19 de março, em Brasília (DF), da reunião do GT Demandas Hídricas do Setor industrial, da Rede de Recursos Hídricos da CNI. Na reunião, foi elaborada a agenda de trabalho para os próximos meses.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Estações ecológicas de Xitué e de Jataí

O relatório final sobre os planos de manejo da Estação Ecológica de Xitué e da Estação Ecológica de Jataí foram apreciados em reunião realizada no dia 18 de março, em São Paulo (SP), pela Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas.

Programa de regularização ambiental

As diretrizes da Secretaria de Meio Ambiente para a regulamentação da lei estadual 15.684/2015 sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) das propriedades e imóveis rurais foram apresentadas em reunião realizada no dia 24 de março. Na reunião, a Fiesp protocolou na Secretaria Executiva do Consema documento sobre a importância do uso da biotecnologia para o setor agroindustrial.

Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

Câmara Técnica de Cobrança

Os fundamentos da cobrança da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte foram analisados em reunião realizada pela Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob) em 11 de março. Na reunião, foram discutidos os encaminhamentos da proposta de minuta de revisão da cobrança para os representantes dos comitês das bacias hidrográficas.

Proteção de mananciais

As minutas das deliberações que tratam da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - Cabeceiras Alto Tietê (CBH-AT) foram analisadas em reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos Institucional (CTAJI). Na reunião, realizada em 13 de março, também foram discutidas a ratificação da cobrança do CBH-P-CJ, a proposta de cobrança CBH-PP e a proposta de cobrança do CBH-MP.

Revisão de cobrança

O Grupo de Trabalho da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos discutiu, em reunião realizada em São Paulo (SP), no dia 23 de março, os procedimentos para a elaboração da nova resolução relacionada à revisão da cobrança no Estado de São Paulo. Na reunião, também foi discutida a preparação de minuta de deliberação específica para revisão de mecanismos e critérios da cobrança.

Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Aplicação de recursos

O relatório de atividades do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Cofehidro) foi apresentado na reunião extraordinária realizada no dia 4 de março. Na reunião, foi discutido o plano de aplicação de recursos Fehidro para 2015.

OAB de Franca

Escassez de água

O DMA participou, no dia 4 de março, na Ordem dos Advogados (OAB) em Franca (SP), de reunião da Comissão de Meio Ambiente para discussão sobre a escassez de água.

Conselho de Meio Ambiente de Marília

Reunião ordinária

Em 5 de março, o DMA esteve presente à reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades) de Marília (SP).

Adaptação às mudanças climáticas

O Centro Regional em Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões do Instituto de Energia e Meio Ambiente da Universidade de São Paulo (USP) realizou uma oficina, no dia 11 de março, com o objetivo de orientar profissionais dos setores público, privado e social para a tomada de decisões que favoreçam a incorporação de medidas às mudanças climáticas. Na oficina, foram apresentadas metodologias do Provia Guidance para cenários brasileiros. Provia, sigla em inglês para Programa Global de Pesquisa em Vulnerabilidades, Impactos e Adaptação às Mudanças Climáticas, é um programa da UNEP (United Nations Environment Programme), da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) e da WMO (World Meteorological Organization) que visa a reunir, mobilizar e comunicar conhecimentos sobre vulnerabilidade, impactos e adaptação.

Redução do consumo de água

O Sindicato de Metais Não Ferrosos no Estado de São Paulo (Siamfesp) promoveu em São Paulo (SP), no dia 12 de março, o ciclo de palestras "Alternativas para Reduzir o Consumo de Água". No evento, realizado durante o Salão Internacional da Construção, o DMA apresentou a palestra "Gerenciando a Escassez de Água na Indústria".

Pollutec Brasil 2016

A Reed Exhibitions Alcantara Machado promoveu evento, em 18 de março, em São Paulo, para o lançamento da Feira Internacional de Tecnologia e Soluções Ambientais – Pollutec Brasil 2016, que será realizada pela primeira vez no Brasil em abril do próximo ano.

ABES cria Câmara de Recursos Hídricos

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) criou a Câmara Técnica de Recursos Hídricos. A Câmara tem como objetivo criar um ambiente de discussão qualificado e de excelência técnica, buscando proposições que contribuam para a gestão e a sustentabilidade dos recursos hídricos e de saneamento ambiental. No lançamento da Câmara, no dia 18 de março, foi proferida palestra sobre a crise hídrica na região Sudeste e as medidas de enfrentamento no Estado de São Paulo.

Seminário da Unesp discute a crise hídrica

"A crise hídrica: um olhar sobre o Sistema Cantareira e o manancial rio Santo Anastácio" foi o tema do seminário realizado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Presidente Prudente (SP), no dia 20 de março.

Novas unidades de conservação

"A importância das Unidades de Conservação para a manutenção da qualidade e disponibilidade hídrica, a partir da gestão compartilhada". Esse foi o tema central do seminário realizado em Mogi das Cruzes (SP), no dia 24 de março, pela Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê e pela Estação Ecológica de Itapeti, ambas administradas pela Fundação Florestal, com o apoio da Universidade Braz Cubas. No seminário, foi apresentada a proposta de criação das novas Unidades de Conservação da Serra do Itapeti: APA Serra do Itapeti e Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Sagui-da-Serra-Escuro, além do Mosaico de Unidade de Conservação Itapeti—Tietê.

APA Piracantareira

Proposta de zoneamento

O DMA participou da Oficina de Planejamento Conclusivo do Plano de Manejo da APA Piracantareira, realizada no dia 19 de março, em Bragança Paulista (SP). A oficina foi organizada para a apresentação de um modelo de gestão com base na discussão da proposta final de zoneamento da APA, apresentação de propostas de programas e aplicabilidade para compor o plano de manejo da unidade.

Situação financeira da Fabhat

O DMA participou, no dia 25 de março, da reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Agência Bacia Hidrográfica do Alto Tietê para a elaboração de estratégias face à situação financeira da Fundação.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Avaliação de risco ecológico

O GT 11- Avaliação de Risco Ecológico, da Comissão de Estudos Especial de Avaliação da Qualidade do Solo e da Água para Levantamento de Passivo Ambiental e Avaliação de Risco à Saúde Humana (CEE- 68) realizou reunião, que contou com a participação do DMA, no dia 13 de março. Na reunião, realizada na sede da ABNT, no Rio de Janeiro (RJ), foi dada continuidade aos estudos de metodologias de avaliação de risco existentes, por meio de exposições de especialistas no assunto, seguidas de debates com os membros do grupo.

Produção e consumo sustentáveis

O DMA promoveu reunião, no dia 16 de março, de sindicatos e associações de indústria para elaboração dos comentários sobre a norma ISO 20400 Compras Sustentáveis, que está atualmente na fase de Committee Draft, na terceira versão. Os comentários serão encaminhados à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como contribuição ao processo de elaboração da norma. A ABNT organizará reunião em abril para discutir e consolidar os comentários brasileiros que serão encaminhados à ISO.

Plano de Intervenção

As discussões sobre a elaboração de norma com diretrizes para a construção de plano de intervenção para áreas contaminadas, contemplando a seleção de medidas, modelo conceitual e outros aspectos inerentes à concepção do plano, tiveram sequência em reunião realizada no dia 27 de março, na sede da Fiesp.

Gestão ambiental

O DMA participou, no dia 20 de março, no Rio de Janeiro, da reunião do Comitê Gestor do CB-38/ABNT. Os coordenadores dos subcomitês fizeram seus relatos sobre os trabalhos em desenvolvimento. Na reunião, o Subcomitê 07 – Mudança do Clima informou que foi criado grupo no âmbito internacional para iniciar as discussões sobre uma norma que abordará princípios, diretrizes e orientações para as organizações em relação à adaptação à mudança do clima. A primeira reunião desse grupo está agendada para abril deste ano, em Paris.

Comunicação de risco de áreas contaminadas

As diretrizes básicas para comunicação às partes interessadas de riscos à saúde decorrentes de uma área contaminada foram discutidas em reunião, realizada no dia 27 de março, do Grupo de Trabalho 06 – Comunicação de Risco de Áreas Contaminadas. O GT trabalha no nivelamento de informações frente ao tema, por meio de apresentações de estudos de caso, levantamento de metodologias e benchmarkings nacionais e internacionais

Eleições dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)

Em março, os comitês de bacias hidrográficas realizaram a eleição e deram posse aos representantes legais das entidades da sociedade civil indicados para o biênio 2015/2017. A Fiesp e o Ciesp ocuparam vagas nos seguintes comitês:

	TITULAR	SUPLENTE
Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT)	Fiesp - Vice-presidente	
	Ciesp São Paulo	Ciesp Oeste
	Fiesp	Ciesp Santo André
	Ciesp Guarulhos	Ciesp Alto Tietê
	Ciesp Cotia	Ciesp Castelo
		Ciesp Diadema
		Ciesp São Bernardo do Campo
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)	Fiesp	CIESP Santa Bárbara d'Oeste
	Ciesp Limeira	CIESP Americana
	Ciesp Jundiá	CIESP Indaiatuba
	Ciesp Campinas	CIESP Bragança Paulista
	Ciesp Piracicaba	CIESP Rio Claro
Comitê da Bacia Hidrográfica do Aguapeí e Peixe (CBH-AP)	Ciesp Alta Paulista	Fiesp
Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema (CBH-MP)	Ciesp Botucatu	Fiesp
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu (CBH-Mogi)	Ciesp São João da Boa Vista	Fiesp
		Ciesp de Ribeirão Preto
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo (CBH-Pardo)	Fiesp	Ciesp de Ribeirão Preto
Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (Alpa)	Fiesp	
Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP)	Fiesp	
	Ciesp Presidente Prudente	
Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê (CBH-BT)	Fiesp	Ciesp Araçatuba
Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha (CBH-TB)	Ciesp Matão	Ciesp Matão
Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo Grande (CBH-BPG)	Fiesp	Fiesp
	Ciesp Ribeirão Preto	Ciesp Ribeirão Preto
Comitê da Bacia Hidrográfica de São José dos Dourados	Fiesp	
Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo Grande (CBH-TG)	Fiesp	Ciesp Ribeirão Preto
	Ciesp São José do Rio Preto	
Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré (CBH-TJ)	Ciesp Araraquara	Ciesp São Carlos
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)	Fiesp	
	Ciesp Botucatu	
	Ciesp Sorocaba	
Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB)	Ciesp Vale do Ribeira	Ciesp Vale do Ribeira
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)	Fiesp – Presidente do comitê	
	Fiesp	Ciesp Jacaré
	CIESP Taubaté	Ciesp São José dos Campos
Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim e Grande (CBH-SMG)	Fiesp - Vice-presidente	
	Fiesp	
	Ciesp Franca	

Comitês de Bacias Hidrográficas

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Alteração de cobrança

Em reunião realizada pela Câmara Técnica de Assuntos Institucionais (CT-AI), no dia 2 de março, foi revisada e aprovada a solicitação de alteração da deliberação de cobrança pedida pelo Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cob) do Conselho de Recursos Hídricos (CRH).

Reunião plenária

O DMA participou da reunião plenária de posse da gestão 2015/2016 do Comitê. Na reunião, realizada no dia 6 de março, em Presidente Prudente (SP), foram escolhidos os representantes paulistas para o preenchimento das vagas dos usuários do setor industrial. O Ciesp e a Fiesp foram indicados.

Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Planos de recursos hídricos

O Grupo de Trabalho do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e as câmaras técnicas discutiram, em reunião realizada no dia 3 de março, em Presidente Prudente (SP), as experiências e propostas de elaboração de prognósticos em planos de recursos hídricos.

Paraíba do Sul (CEIVAP)

Redução de vazão

A proposta de redução da vazão em Santa Cecília, de 140 m³/s para 110 m³/s, e em Santa Branca, de 34 m³/s para 30 m³/s, com o objetivo de recuperar os níveis dos reservatórios, foi discutida em reunião do Grupo de Operações Hidráulicas (GTOH) realizada no dia 4 de março.

Cobrança pelo uso das águas

Os mecanismos e valores da cobrança pelo uso das águas transpostas para a bacia do rio Guandu, bem como a realocação de recursos da cobrança para aplicação em ações emergenciais necessárias para garantir a captação de água em alguns municípios, foram discutidos em reunião realizada pela Câmara Técnica Consultiva (CTC) no dia 10 de março, em Resende (RJ).

Diretoria para biênio 2015/2017

O DMA participou, no dia 12 de março, em Cruzeiro (SP), da reunião preparatória para a indicação da diretoria para o biênio 2015/2017. Na reunião, foi discutida a renovação dos membros da plenária e as indicações para a presidência e vice-presidência do Comitê.

Reunião preparatória

A renovação dos membros da plenária e as indicações para a presidência e vice-presidência do Comitê, referentes ao biênio 2015-2017, foram discutidas em reunião realizada no dia 20 de março, no Ciesp de Jacareí (SP).

Indicação para a diretoria

O DMA participou, no dia 23 de março, no Ciesp de São José dos Campos (SP), de reunião para discussão sobre a renovação dos membros da plenária e indicações para a presidência e vice-presidência do Comitê.

Ações emergenciais

Em 24 de março, foi realizada no Rio de Janeiro (RJ) a primeira reunião extraordinária de 2015 do Comitê. Na reunião, foi discutida a deliberação sobre a criação do subcomponente Ações Emergenciais – Estresse Hídrico da Bacia do Paraíba do Sul, bem como o remanejamento de recursos financeiros dos componentes, demandas do Comitê e Recuperação da Qualidade Ambiental do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2013/2016.

Paraíba do Sul (CBH-PS)

Eleição da nova diretoria

O DMA participou, no dia 25 de março, em Pindamonhangaba (SP), da posse dos novos membros e eleição da nova diretoria para o biênio 2015/2017. A Fiesp e o Ciesp Taubaté conquistaram duas vagas como titulares. O Ciesp Jacareí e o Ciesp São José dos Campos conquistaram duas suplências. O representante da Fiesp, Walker Ferraz, Coordenador Regional no Ciesp Jacareí, foi eleito presidente do comitê.

Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Pré-qualificação de empreendimentos

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) discutiu, em reunião realizada no dia 6 de março, em Bragança Paulista (SP), os resultados da pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea para obtenção de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e Cobranças PCJ 2015.

Comitê eleitoral

Em 13 de março, na Agência PCJ em Piracicaba (SP), o DMA participou da reunião para análise dos votos que elegerão a chapa do segmento usuário industrial. A chapa composta por nove diretorias regionais do Ciesp foi eleita no segmento usuários de recursos hídricos para representação do setor no Comitê PCJ. Na ocasião, o segmento usuário hidroeletricidade não conseguiu se eleger.

Visita do Senai

Alunos e professores do Senai de Americana (SP) visitaram, no dia 17 de março, o Departamento de Água e Esgoto da cidade e o Consórcio PCJ. O objetivo da visita foi o de conhecer como funciona a captação e o tratamento de água bruta, bem como o lançamento e o tratamento de efluentes. Os visitantes também conheceram uma casa modelo em eficiência no uso da água.

Tietê/Jacaré (CBH-TJ)

Eleições

O DMA esteve presente à reunião realizada em Araraquara (SP), no dia 6 de março, para a eleição dos representantes dos setores produtivos para o próximo biênio.

Pardo (CBH-Pardo)

Representantes da sociedade civil

No dia 6 de março, o DMA esteve no Departamento de Água e Energia Elétrica (DAE) de Ribeirão Preto (SP) para participar da eleição dos representantes da sociedade civil do Comitê.

Revisão da CRH 90

O Grupo Técnico da Cobrança (GTECA) promoveu reunião, no dia 9 de março, em São José do Rio Preto (SP), para discutir o fórum de revisão da Deliberação CRH 90.

Segmento sociedade civil

O DMA participou da reunião do Segmento Sociedade Civil do Comitê para eleição das entidades representantes e composição das câmaras técnicas. A reunião foi realizada no dia 16 de março, em São José do Rio Preto (SP).

Semana da Água

O DMA participou, no dia 18 de março, em Catanduva (SP), da Semana da Água 2015 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande.

Reunião plenária

Em 26 de março, o DMA participou da reunião plenária do Comitê, realizada em São José do Rio Preto (SP), para eleição e posse dos membros e diretoria do CBH.

Tietê/Batalha (CBH-TB)

Plano de bacia

Os resultados parciais obtidos com a aplicação de questionário nos municípios da UGRHI-16 foram apresentados em reunião do Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Bacia. Na reunião, realizada no dia 10 de março, em Novo Horizonte (SP), foi apresentada proposta de formato para a realização de oficinas regionais e definida nova proposta de cronograma para a elaboração dos trabalhos.

Oficina participativa

Em 24 de março, o DMA acompanhou as atividades da Oficina Participativa do Plano de Bacia Hidrográfica do Tietê/Batalha. Realizada em Novo Horizonte (SP), a oficina foi organizada para apresentação do Plano de Bacia Hidrográfica do Tietê/Batalha, dinâmica em grupo a ser desenvolvida, levantamento e hierarquização de criticidades e proposição de soluções.

São José dos Dourados (CBH-SJD)

Plano de bacia

O programa de ações do Plano de Bacia do Comitê foi discutido em reunião pública realizada em 17 de março, em Neves Paulista (SP).

Alto Paranapanema (CBH-Alpa)

Eleições

Em 19 de março, o DMA participou da reunião de eleição dos representantes do Comitê e das câmaras técnicas para o biênio 2015/2016

Aguapeí e Peixe (CBH-AP) e Médio Paranapanema (CBH -MP)

Eleição de representantes

Em 11 de março, o DMA participou da reunião de eleição dos representantes para compor a plenária dos comitês. No CBH-AP, o Ciesp Alta Paulista conquistou uma cadeira como titular, tendo como suplente a Fiesp. No CBH-MP, foram eleitos o Ciesp Botucatu, como titular, e a Fiesp, como suplente. O Ciesp e a Fiesp também integrarão as câmaras técnicas dos dois comitês.

Alto Tietê (CBH-AT)

Crise hídrica

A situação atual da crise da água e as propostas de projetos para minimizar os impactos na sociedade foram apresentadas na reunião plenária realizada no dia 12 de março, em São Paulo (SP). No encontro, foram relatadas as ações que estão sendo realizadas com agricultores para o controle efetivo do consumo de água na irrigação, como o cadastramento de propriedades, a emissão das outorgas e a proposta de uma linha de crédito para financiar novos equipamentos e novas tecnologias para o campo.

Eleições setoriais

Em 18 de março, em São Paulo (SP), o DMA esteve presente na Assembleia Geral e Eleições Setoriais - Processo Eleitoral do Segmento Sociedade Civil do Comitê para o mandato 2015-2016. Na ocasião, foram realizadas as eleições dos representantes da sociedade civil com as participações das entidades habilitadas pela comissão eleitoral, entre os quais estavam os representantes da Fiesp e das regionais do Ciesp.

Proposta orçamentária

A Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CTGI) analisou, em reunião realizada no dia 27 de março, em São Paulo (SP), manifestação sobre o Plano de Trabalho e a proposta orçamentária anual da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Fabhat) para o exercício de 2015. Na reunião, foi definido o valor porcentual para consecução do Plano e repasse à Fabhat.

Posse da diretoria

Em 31 de março, o DMA esteve presente à reunião plenária, realizada em São Paulo (SP). Na ocasião, ocorreu a posse dos membros para a gestão do próximo biênio, bem como a eleição da diretoria e demais indicações de representação do CBH-AT. O representante do Ciesp São Paulo, Francisco Além, diretor-adjunto de Meio Ambiente do Ciesp, foi eleito vice-presidente do comitê.

Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB)

Atualização do plano de bacia

O andamento da atualização do Plano de Bacia 2016 à 2017 foi discutida na reunião plenária do Comitê realizada em 20 de março, em Registro (SP). Na reunião, foram eleitos o presidente do Comitê e o secretário-executivo.

Baixo Tietê (CBH-BT)

Posse da diretoria

A posse dos membros eleitos e da diretoria do Comitê ocorreu no dia 20 de março, em reunião plenária realizada em Araçatuba (SP).

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Sociedade civil

Em 21 de março, em Sorocaba (SP), o DMA participou da reunião em que foram definidos os ocupantes para as vagas das câmaras técnicas e grupos de trabalho da próxima gestão.

Mogi Guaçu (CBH-Mogi)

Posse dos representantes

Em 20 de março, o DMA esteve presente na reunião de posse dos representantes legais das entidades da sociedade civil, dos órgãos estaduais com atuação na bacia hidrográfica e dos municípios. Na oportunidade, foram apresentadas, discutidas e votadas as deliberações que organizam e disciplinam a vida e rotinas administrativas do Comitê para o novo biênio.

São José dos Dourados (CBH-SJD)

Eleição da diretoria

A eleição e posse dos membros e diretoria do Comitê ocorreram em reunião plenária realizada no dia 23 de março, em Santa Fé do Sul (SP).

Nova diretoria

A eleição e posse dos membros eleitos e diretoria do Comitê ocorreram na reunião plenária do Comitê realizada em Barretos (SP), no dia 31 de março.

Baixada Santista (CBH-BS)

Discussão de diretrizes

Em 31 de março, o DMA esteve presente na reunião realizada em Santos (SP) para eleição da mesa diretora referente ao biênio 2015-2017, discussão das diretrizes e cronograma para as propostas de

projetos visando a obtenção dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). Na reunião, foi discutida a ampliação da oferta de água do sistema Alto Tietê por meio do córrego Guaratuba.

Sapucaí Mirim Grande (CBH-SMG)

Reunião Ordinária

Em 26 de março, o DMA esteve presente à reunião realizada em Franca (SP), para aprovação da deliberação *ad referendum* que aprova o regulamento e edital de convocação para as eleições referente ao biênio 2015-2017 dos representantes das entidades da sociedade civil, do estado e dos municípios do âmbito do CBH-SMG. A Fiesp e o Ciesp Franca ocuparam titularidades no comitê. A Fiesp, representada pelo Coordenador Regional de Meio Ambiente, Adriano Melo, ocupou a vice-presidência. O Ciesp Franca ocupou vaga na Câmara Técnica de Planejamento. Fiesp e Ciesp conseguiram representação no Grupo de Trabalho da Cobrança. Na reunião, também foi aprovada a moção de reprovação à Deliberação Cofehidro 149/15 quanto aos pisos para liberação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental -Diplomas Legais Recentes

Federal

Resolução CTNBio nº 15, de 13 de fevereiro de 2015

Altera dispositivos da Resolução Normativa nº 5, de 12/03/2008, que dispõe sobre normas para liberação comercial de Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados.

Resolução Conama nº 466, de 5 de fevereiro de 2015

Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e autorização do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos e dá outras providências.

Resolução CNRH nº 164, de 15 de dezembro de 2014

Estabelece composição e define suplência para a Câmara Técnica de Análise de Projeto (CTAP); Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS); Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia (CTCT); Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT) e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR), e dá outras providências.

Resolução CNRH nº 162, de 15 de dezembro de 2014

Aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Resolução CNRH nº 161, de 15 de dezembro de 2014

Acrescenta atribuições à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e extingue o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (GTAAC).

Portaria Inmetro nº 107, de 25 de fevereiro de 2015

Abre consulta pública para adequação da inspeção de equipamentos rodoviários destinados ao transporte de produtos perigosos.

Portaria Inmetro nº 104, de 25 de fevereiro de 2015

Abre consulta pública para adequação dos serviços de descontaminação de equipamentos rodoviários destinados ao transporte de produtos perigosos.

Portaria DNPM nº 67, de 28 de janeiro de 2015

Altera o art. 46 da Portaria nº 541, de 28 de dezembro de 2014.

Instrução Normativa MMA nº 1, de 12 de fevereiro de 2015

Dispõe sobre a aprovação de Planos de Manejo Florestal Sustentável

(PMFS) e seus respectivos Planos Operacionais Anuais (POA), quando envolver a exploração de espécies constantes na 'Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção', classificadas na categoria Vulnerável (VU), no bioma amazônico.

Resolução ANA nº 205, de 23 de março de 2015

Dispõe sobre a redução temporária do limite mínimo à barragem de Santa Cecília, no rio Paraíba do Sul, e da redução temporária da descarga mínima a jusante dos reservatórios de Paraibuna, Santa Branca e Funilil, no rio Paraíba do Sul, e de Jaguari, no rio Jaguari.

Projetos de lei (PL)

PLS nº 95/2015

Altera a Lei nº 11.445, de 5/01/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb), com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

PLS nº 86/2015

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

PLS nº 77/2015

Dispõe sobre a proteção, a regeneração e a utilização da Floresta Amazônica, patrimônio nacional conforme o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.

PLS nº 51/2015

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19/12/1979; 8.036, de 11/05/1990; 8.666, de 21/06/1993; 8.987, de 13/02/1995 e revoga a Lei nº 6.528, de 11/05/1978, e dá outras providências; e nº 10.257, de 10/7/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal; estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.

PL nº 675/2015

Dá nova redação ao inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e acrescenta § 2º-A, ao mesmo dispositivo, para estabelecer regras relacionadas à obtenção de licenciamento ambiental de obras e serviços.

PL nº 663/2015

Dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.

PL nº 639/2015

Altera a Lei nº 12.305, de 2/08/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir no plano municipal de gestão integrada a queima de resíduos sólidos para geração de energia, bem como conceder incentivo tributário para as empresas constituídas para este fim.

PL nº 636/2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público, nas três esferas, disponibilizar energia solar fotovoltaica e sistemas de captação e reutilização de águas pluviais, prioritariamente, em todos os hospitais, postos de saúde, escolas, creches, berçários e maternidades de suas respectivas competências.

PL nº 635/2015

Cria benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com o objetivo de desonerar a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao processamento de resíduos sólidos e incentivar a aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de outros produtos.

PL nº 531/2015

Determina o aproveitamento e a reutilização das águas pluviais por órgãos públicos.

PL nº 527/2015

Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.

PL nº 523/2015

Proíbe a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagem de produtos alimentícios.

PL nº 486/2015

Dispõe sobre o registro de bombas para extração de água de aquífero subterrâneo.

PL nº 473/2015

Institui compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos para o fornecimento de água potável à população e dá outras providências.

PL nº 472/2015

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aparelhos de destilação e de osmose inversa, bem como a colunas de destilação ou de retificação, para fins de dessalinização.

PL nº 463/2015

Dispõe sobre a isenção de Cofins e PIS para aquisição de insumos e bens de capitais voltados para a pesquisa e produção de resinas plásticas elaboradas a partir de fontes renováveis.

PL nº 350/2015

Altera dispositivos da Lei nº 12.651, de 25/05/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

PL nº 226/2015

Dá nova redação ao § 5º do artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2/08/2010, para obrigar os comerciantes e distribuidores a receber dos consumidores os produtos sujeitos à logística reversa.

PL nº 52/2015

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3/10/1941 - Código de Processo Penal, para garantir a reciclagem de bens apreendidos.

PLP nº 14/2015

Dispõe sobre a cooperação entre os entes federados tendo em vista assegurar a elaboração e a implementação dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos; altera a Lei Complementar nº 140, de 8/12/2011, a Lei nº 12.305, de 2/08/2010, e a Lei nº 11.445, de 5/01/2007, e dá outras providências.

PDC nº 3/2015

Susta a aplicação da Portaria nº 443 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), publicada no Diário Oficial da União de 17/12/2014, que versa sobre espécies da flora ameaçadas de extinção, e proíbe a coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização de diversas espécies de madeiras.

Estadual (SP)**Decreto nº 61.137, de 26 de fevereiro de 2015**

Cria, no âmbito da Administração Pública do Estado, o Comitê Gestor do Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, instituído pelo Decreto nº 60.521, de 5/06/2014, e dá providências correlatas.

Resolução SSRH/CCH nº 7, de 3 de março de 2015

Institui o Grupo Executivo do Comitê de Crise Hídrica no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo.

Resolução SS nº 11, de 2 de fevereiro de 2015

Constitui Grupo Técnico de Trabalho para desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do Plano Setorial da Saúde para a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PSS-PEMC), e dá providências correlatas.

Resolução SS nº 9, de 2 de fevereiro de 2015

Cria Comitê de Gestão do Uso Racional da Água na Secretaria da Saúde e dá providências correlatas.

Portaria DAEE nº 761, de 9 de março de 2015

Estabelece as condições e os procedimentos a serem adotados pelos usuários de recursos hídricos superficiais, com relação ao monitoramento dos usos de recursos hídricos e respectiva declaração ao DAEE, visando ações de fiscalização.

Portaria CBRN nº 3, de 11 de fevereiro de 2015

Estabelece procedimentos a serem realizados pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) em relação aos requerimentos de aprovação da localização de Reserva Legal, considerando a efetiva implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Decisão Cetesb nº 45, de 12 de fevereiro de 2015

Dispõe sobre a homologação da 2ª versão da 3ª edição da Norma Técnica Cetesb P 4.231 - Vinhaça - Critérios e procedimentos para aplicação no solo agrícola - outubro/2014.

Normas Técnicas

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT (CB-38)

O CB-38, do qual a Fiesp é membro, é espelho do Comitê Técnico 207 - Gestão Ambiental (TC 207) da ISO (International Organization for Standardization) e desenvolve a série de normas internacionais sobre gestão ambiental. As normas atualmente em discussão na ISO (TC 207) e nos subcomitês (SC) do CB-38, bem como os estágios de elaboração em que se encontram, são apresentadas nesta seção.

Consulta nacional

Gases do efeito estufa – Requisitos para organismos de validação e verificação de gases de efeito estufa para uso em acreditação e outras formas de reconhecimento.

O Projeto ABNT NBR ISO 14065 Gases do efeito estufa – Requisitos para organismos de validação e verificação de gases de efeito estufa para uso

em acreditação e outras formas de reconhecimento entrou em Consulta Nacional em 17 de março de 2015, com fechamento para 15 de abril de 2015.

Os projetos em consulta podem ser verificados no site www.abntonline.com.br/consultanacional

Processo de elaboração das normas ISO



Casos de sucesso

Reúso de água de lavagem de processos químicos como reposição da torre de resfriamento do sistema de cogeração

Empresa

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica é uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo. Fundada em 19 de agosto de 1969, como empresa de capital misto, a Embraer foi privatizada em 7 de dezembro de 1994 e seu controle está em mãos brasileiras.

Com 40 anos de experiência em projeto, fabricação, comercialização e pós-venda, a Embraer já produziu cerca de 5 mil aviões, que hoje operam em 88 países, nos cinco continentes. A empresa possui uma base global de clientes e importantes parceiros de renome mundial, o que resulta em uma significativa participação no mercado.

Cogeração. O projeto, ao mesmo tempo em que teve um baixíssimo custo de implementação, reduziu custos operacionais, sem associar custos extras. O reúso supriu 100% da necessidade de reposição das torres de refrigeração do sistema de cogeração. Como consequência, o volume de água subterrânea captada e a geração de efluentes foram reduzidos. Outros benefícios foram a redução do consumo específico de água na reposição das torres e o conhecimento adquirido por toda a equipe dos processos dos prédios realizados nas unidades F-113 e F-116.

Descrição das medidas adotadas

A Embraer desenvolveu e implantou um projeto para a adequação técnica, econômica e ambiental do efluente contínuo do prédio F-116 para reúso como reposição da Torre de Resfriamento do Sistema de

Resultados ambientais e econômicos

O benefício alcançado do ponto de vista socioambiental foi a redução da exploração dos recursos naturais. Foi atingida uma economia de R\$ 15.365,38 por ano.



Mantenha-se atualizado sobre a área ambiental

O crescimento da conscientização ambiental, a velocidade de alterações das políticas públicas e as implicações dessas mudanças no cotidiano de empresas e consumidores aumentaram a demanda por informações qualificadas pertinentes ao setor ambiental.

O Informe Ambiental da Fiesp fornece informações de forma rápida e consistente sobre a área ambiental e atividades do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Para receber o Informe Ambiental todos os meses e manter-se atualizado sobre os temas em discussão de interesse do setor industrial no Estado de São Paulo e no País, basta enviar mensagem, com o título "Cadastro do Informe Ambiental", para cdma@fiesp.com



Calendário de obrigações ambientais

As empresas devem estar atentas às informações que precisam ser encaminhadas periodicamente aos órgãos ambientais e aos prazos para o envio dessas informações, evitando multas e penalidades. Veja as principais obrigações que devem ser cumpridas nos meses de abril e maio de 2015.

Para acessar o calendário completo de obrigações ambientais acesse www.fiesp.com.br/?temas=meio-ambiente

Obrigações que devem ser cumpridas até o dia 31 de abril

Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa

A quem se aplica: Os empreendimentos que desenvolvem atividades que constam no art. 3º da Decisão de Diretoria Cetesb nº 254/12 deverão encaminhar o inventário de emissões de gases de efeito estufa em meio eletrônico para a Cetesb.

Como fazer: Os resultados, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2014, devem ser apresentados conforme disposto no Anexo Único da referida decisão de diretoria, com memórias de cálculo em planilhas abertas.

Obrigações que devem ser cumpridas até o dia 6 de maio

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

A quem se aplica: Todos os imóveis rurais, conforme Decreto Federal nº 8.235/2014 e Instrução Normativa MMA nº 02/2014.

Como fazer: Todas as propriedades e posses rurais do Estado de São Paulo devem cadastrar-se somente pelo sistema de Cadastro Ambiental paulista, o SiCAR-SP (www.ambiente.sp.gov.br/sicar/). Não devem ser realizados cadastros de imóveis paulistas por meio do programa disponibilizado pelo governo federal. Os cadastros realizados pelo SiCAR-SP são migrados para o SiCAR nacional, banco de dados único para todo o País.

Cadastro de prestadores de serviços ambientais da Fiesp



A Fiesp mantém um cadastro eletrônico que reúne centenas de empresas e consultores que prestam serviços na área ambiental. Criado com o objetivo de facilitar a gestão ambiental em indústrias, o cadastro fornece os dados para contato, localização e uma descrição das principais atividades desenvolvidas pelo prestador ou dos produtos oferecidos. O sistema de consulta, baseado em palavras-chave, é aberto a todas as empresas.

As consultas podem ser feitas no endereço http://apps.fiesp.com.br/cadastro_dma/inicioconsulta.asp

As informações divulgadas no cadastro são de responsabilidade do prestador de serviço ou do fabricante. Os dados ficam disponíveis no cadastro por seis meses, sendo eliminadas automaticamente ao término do período. Após o cancelamento, o fornecedor poderá fazer um novo cadastro. Todos os dados são fornecidos por meio de formulário eletrônico. O cadastramento pode ser feito no endereço http://apps.fiesp.com.br/cadastro_dma/iniciocadastro.asp

A Central de Relacionamento da Fiesp pode ser consultada em caso de dúvidas pelo telefone (11) 3549-4499 ou pelo e-mail relacionamento@fiesp.org.br

Expediente

O **Informe Ambiental** é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.